

Dívida externa — Bresser quis romper com o comitê —

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Brasil estava preparado para, no dia 29 de janeiro, romper as relações com o comitê de bancos credores e imediatamente iniciar negociações com os bancos, isoladamente, começando pelos europeus, depois os japoneses e americanos de médio porte.

A estratégia havia sido montada pelo então ministro da Fazenda, Bresser Pereira, com o apoio do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e a explícita concordância do presidente Sarney. O plano, contudo, foi extinto, com a saída de Bresser do Ministério da Fazenda e a designação de Mafson da Nóbrega para substituí-lo.

Nóbrega, antes mesmo de ser confirmado no Ministério da Fazenda, já manifestava sua clara prefe-

rência por uma mudança de enfoque. Essa disposição casou-se com a antiga pretensão do Palácio do Planalto de realizar uma negociação "realista e pragmática", com maiores concessões aos bancos e rápido acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Quando Bresser deixou o Ministério da Fazenda, o presidente sentiu-se livre para aplicar a "sua" política de renegociação, cujas linhas principais se identificam com a estratégia aplicada pelo ex-presidente João Figueiredo, por meio do então ministro Delfim Netto.

Segundo revelou ao Estado um alto funcionário do governo que participou ativamente de todo o processo de negociação, o ex-ministro Bresser Pereira estava convencido de que até 29 de janeiro não seria possível ter delineado os principais pontos do acordo de médio prazo,

principalmente pelas resistências dos bancos, e que havia chegado a hora de o Brasil "virar a mesa".

Bresser, contudo, tinha a esperança de fechar algum entendimento com bancos europeus e japoneses e, com isso, atrair também os grandes bancos americanos para um acordo. A intenção do ex-ministro era explorar politicamente, e na hora certa, as divergências existentes entre os bancos que compõem o comitê assessor.

COMPROMISSO DESFEITO

A guinada de 360 graus na estratégia de negociação da dívida, com o Brasil pagando 37% dos juros vencidos sem obrigação de contrapartida dos bancos, representou, na visão dos que trabalhavam com Bresser Pereira, uma violação do compromisso que o País subscreveu na reunião dos oito presidentes latino-

americanos, no final de novembro do ano passado, em Acapulco, no México.

Na essência dessa proposta estão a criação de mecanismos de descontos do valor da dívida (securitização), com redução do seu serviço; impulso a mecanismos que compensem flutuações (cláusulas de salvaguarda); a limitação e a capitalização parcial da taxa de juros e a desvinculação entre o ajuste com os bancos e um acordo com o FMI.

Há, entre os ex-auxiliares de Bresser Pereira, a convicção de que, embora o governo afirme que a desvinculação continuará como um dos postulados irretratáveis da proposta de negociação, tal não ocorrerá, e o Brasil acabará assinando um acordo com o Fundo Monetário antes mesmo de bater o martelo com os bancos privados.